

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.530.733 - RS (2019/0182909-9)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **KATIA MASCARENHAS DE OLIVEIRA SCHEMES**
AGRAVANTE : **CLAUDIO LUIZ SCHEMES**
ADVOGADO : **ANA LUIZA PANYAGUA ETCHALUS - RS018468**
AGRAVADO : **CELSO BERTOLUCI - SUCESSÃO**
ADVOGADO : **INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT - RS068625**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE CONHECIMENTO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E DE SÚMULA. DESCABIMENTO. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.

1. Ação de conhecimento em fase de cumprimento de sentença.
2. A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.
3. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.
4. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
5. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
6. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por KATIA MASCARENHAS DE OLIVEIRA SCHEMES e CLAUDIO LUIZ SCHEMES, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de despejo cumulada com cobrança de aluguéis, em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por CELSO BERTOLUCI - SUCESSÃO, em face de SHAN COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, JOSÉ ROBERTO LIMA SOBREIRO e ELOÍSA SOCCOL SOBREIRO, na qual pleiteia a liberação do

Superior Tribunal de Justiça

imóvel, bem como o recebimento dos aluguéis não pagos.

Decisão interlocutória: determinou a penhora do imóvel dos fiadores (agravantes).

Acórdão: negou provimento ao agravo de instrumento interposto pelos agravantes, nos termos da seguinte ementa:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. LOCAÇÃO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE IMPENHORABILIDADE.

I. Preliminar de não conhecimento do recurso afastada.

II. A jurisprudência deste e. Tribunal é assente no sentido de que o imóvel posto em locação é impenhorável quando os valores resultantes do pacto locatício são utilizados para pagamento de locativos de imóvel outro – que igualmente sirva de residência familiar da parte executada.

III. Os elementos constantes dos autos não são suficientes a demonstrar que o bem constricto, embora não sirva de residência da entidade familiar, seus frutos – oriundos de locativos, são utilizados para pagamento de pacto de igual espécie.

IV. Decisão mantida.

NEGARAM PROVIMENTO AO RECURSO. UNÂNIME. (e-STJ Fl. 1.206)

Embargos de declaração: interpostos pelos agravantes, foram rejeitados.

Recurso especial: alegam violação dos arts. 1º e 5º da Lei nº 8.009/90; 373, § 2º, do CPC; da Súmula 468/STJ, bem como dissídio jurisprudencial. Sustentam a impenhorabilidade do imóvel descrito no agravo de instrumento, eis que, embora este esteja alugado, o valor da locação é utilizado para pagar o aluguel do imóvel no qual residem.

Relatado o processo, decide-se.

- Julgamento: CPC/15

- Da violação de dispositivo constitucional ou de súmula

A interposição de recurso especial não é cabível quando ocorre violação de súmula, de dispositivo constitucional ou de qualquer ato normativo que

não se enquadre no conceito de lei federal, conforme disposto no art. 105, III, "a" da CF/88.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 1º da Lei nº 8.009/90 e 373, § 2º, do CPC, indicados como violados, apesar da interposição de embargos de declaração. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 211/STJ.

- Do reexame de fatos e provas

O Tribunal de origem, soberano na análise dos elementos fáticos e probatórios carreados aos autos, concluiu que:

(...)

"Pois bem, no caso dos autos, ao que se percebe, o imóvel objeto de constrição não é utilizado como moradia pela entidade familiar.

E muito embora os agravantes aleguem que o bem está sendo objeto de pacto locatício firmado com terceiro (fls. 956/961 dos autos eletrônicos), verifica-se que as declarações de imposto de renda colacionadas às fls. 944/954 do manejo eletrônico (relativas ao ano- calendário 2015) não corroboram a aludida tese, eis que inexistem informações sobre os rendimentos oriundos do suposto pacto locatício.

Em consequência, presume-se que o imóvel não está sendo utilizado por terceiros.

Além disso, no que se diz respeito ao pacto locatício firmado em Itapema – SC (fls. 962/969 dos autos eletrônicos), denota-se que não houve a juntada dos recibos de pagamentos. Além disso, não foram juntadas certidões negativas dos cartórios de registro de imóveis daquela região.

Com base em tais premissas, inexistem nos autos elementos suficientes para amparar a tese de impenhorabilidade suscitada pelos agravantes, não servindo os problemas de saúde (fls. 970/971 dos autos eletrônicos) e a renda de aposentadoria do casal para tal desiderato.

Diante do exposto, voto no sentido de negar provimento ao recurso." (e-STJ Fls. 1.209/1.210)

Portanto, alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à penhorabilidade do bem imóvel em referência, exige o reexame de fatos e

provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar honorários advocatícios, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, pois não fixados na origem.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora